



LISBOA 1415 CEUTA

historia de dos ciudades - história de duas cidades

LISBOA 1415 CEUTA

historia de dos ciudades - história de duas cidades

FICHA TÉCNICA

GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTONOMA DE CEUTA

PRESIDENCIA

Juan Jesús Vivas Lara

CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA

María Isabel Deu del Olmo

DIRECCIÓN GENERAL DE EDUCACIÓN Y CULTURA

María Teresa Troya Recacha

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRESIDENTE

Fernando Medina

PELOURO DA CULTURA

Catarina Vaz Pinto

DIREÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA

Manuel Veiga

DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL

Jorge Ramos de Carvalho

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

REITOR

António Bensabat Rendas

DIRECTOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

João Costa

DIRECTOR DO CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR

João Paulo Oliveira e Costa

EXPOSIÇÃO

COMISSARIADO:

André Teixeira, Fernando Villada Paredes, Rodrigo Banha da Silva

COMISSARIADO ADJUNTO:

José Manuel Hita Ruiz, Edite Martins Alberto

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DA MONTAGEM (LISBOA):

João Rodrigues, Miguel Marques dos Santos

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DA MONTAGEM (CEUTA):

Ana Leria Ayora, José Manuel Hita Ruiz, Fernando Villada Paredes

DESIGN (LISBOA):

João Rodrigues, Miguel Marques dos Santos

DESIGN (CEUTA):

Alejandro Morcillo

INFOGRAFIAS:

Ana Filipa Leite

DIGITALIZAÇÃO:

Arquivo Municipal de Lisboa

RESTAURO:

Moisés Campos, Helena Nunes, João Coelho

TRADUÇÃO:

Fernando Villada Paredes

CATÁLOGO

COORDENAÇÃO:

André Teixeira, Fernando Villada Paredes, Rodrigo Banha da Silva

COORDENAÇÃO ADJUNTA:

José Manuel Hita Ruiz, Edite Martins Alberto

EDIÇÃO:

Ciudad Autónoma de Ceuta / Consejería de Educación y Cultura
Câmara Municipal de Lisboa / Direção Municipal de Cultura
/ Departamento de Património Cultural

DESIGN:

Ana Filipa Leite

INFOGRAFIAS:

Ana Filipa Leite

RECONSTITUIÇÕES:

Carlos Loureiro, O. Hernández, Ana Gil, S. Márquez, P. Gurriarán

DESENHOS:

V. Fernández Caparrós, V. Gómez Barceló, C. Navío, Fernando Villada Paredes

FOTOGRAFIA: Andrés Ayud Medina, Archivo Central de Ceuta, Arquivo Municipal de Lisboa, José Juan Gutiérrez Álvarez, José Manuel Hita Ruiz, José Suárez Padilla, José Vicente, José Paulo Ruas, Pedro Barros.

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS:

TIRAGEM:

500

ISBN:

Edição impressa | 978-84-15243-57-1

Edição digital | 978-972-8543-50-1

DEPÓSITO LEGAL:

CE51-2015

TEXTOS

Alexandra Gaspar (*Direcção-Geral do Património Cultural*)

Ana Cristina Leite (*Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)

Ana Gomes (*Direcção-Geral do Património Cultural*)

Ana Vale (*Direcção-Geral do Património Cultural*)

André Teixeira (*FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH,*

Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores)

Carlos Caetano (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

Carlos Gozalbes Cravioto (*Instituto de Estudios Ceutíes*)

Edite Martins Alberto (*Arquivo Municipal de Lisboa / DPC / CML; CHAM,*

FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores)

Fernando Villada Paredes (*Ciudad Autónoma de Ceuta; Instituto de Estudios Ceutíes*)

Gabriel Fernández Ahumada (*Ciudad Autónoma de Ceuta*)

Hélder Carita (*Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa*)

Isabel Drumond Braga (*Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*)

Jacinta Bugalhão (*Direcção-Geral do Património Cultural*)

Joana Bento Torres (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

Jorge Correia (*EAUM, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho;*

Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território)

Jorge Fonseca (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

José Antonio Ruiz Oliva (*Instituto de Estudios Ceutíes; UNED Ceuta*)

José Bettencourt (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

José Luís Gómez Barceló (*Archivo General de Ceuta / Instituto de Estudios Ceutíes*)

José Manuel Garcia (*Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)

José Manuel Hita Ruiz (*Museo de Ceuta / Ciudad Autónoma de Ceuta*)

José Suárez Padilla (*Arquitectura S.L.*)

Lídia Fernandes (*Museu de Lisboa – Teatro Romano / CML; Centro de Estudos*

em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidade de Coimbra).

Manuel Cámara del Río (*Instituto de Estudios Ceutíes*)

Manuela Leitão (*Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML*)

Marco Calado

Margarida Ramalho (*Instituto de História Contemporânea,*

FCSH, Universidade NOVA de Lisboa)

Maria de Magalhães Ramalho (*Direcção-Geral do Património Cultural*)

Marta Caroscio (*Università degli Studi di Firenze*)

Miguel Gomes Martins (*Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML*)

Nuno Neto (*Neoépica, Lda.*)

Nuno Senos (*FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; CHAM, FCSH,*

Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores)

Paulo Drumond Braga (*Escola Superior de Educação Almeida Garrett*)

Paulo Rebelo (*Neoépica, Lda.*)

Raquel Santos (*Neoépica, Lda.*)

Rocío Valriberas Acevedo (*Archivo General de Ceuta*)

Rodrigo Banha da Silva (*Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML;*

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores)

Tiago Gil Curado (*CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores*)

FICHAS

AG Alexandra Gaspar. Direção Geral do Património Cultural

ACL Ana Cristina Leite. Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML

AG Ana Gomes. Direção Geral do Património Cultural

AV Ana Vale. Direção Geral do Património Cultural

AB André Bargão. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

AT André Teixeira. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

AAM António Augusto Marques. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

AVA António Valongo

CEN César Neves. Uniarq, Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa

CA Clementino Amaro

CN Cristina Nozes. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

CF Cristóvão Fonseca. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

EA Edite Alberto. Arquivo Histórico Municipal de Lisboa / CML; CHAM,

FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

EC Elisabete Conceição. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

FCO Fernando Correia de Oliveira

FVP Fernando Villada Paredes. Ciudad Autónoma de Ceuta; Instituto de Estudios Ceutíes.

GCL Gonçalo C. Lopes. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

GL Gonçalo Lopes

IPC Inês Pinto Coelho. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

JBU Jacinta Bugalhão. Direção Geral do Património Cultural

JT Joana Bento Torres. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

JAM João António Marques. Direção Geral do Património Cultural

JB José Bettencourt. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

JMHR José Manuel Hita Ruiz. Museo de Ceuta. Ciudad Autónoma de Ceuta

JMG José Manuel García. GEO- Gabinete de Estudos Olisiponenses / DPC / CML

JPH José Pedro Henriques

LF Lídia Fernandes. Museu de Lisboa – Teatro Romano / CML; Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, Universidade de Coimbra

LSG Luís Serrão Gil. CHAM, FCSH, Universidade NOVA

de Lisboa, Universidade dos Açores

ML Manuela Leitão. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

MJVC Maria João Vilhena de Carvalho. Museu Nacional de Arte Antiga / DGPC

MJS Maria José Sequeira. Direção Geral do Património Cultural

MMR Maria Magalhães Ramalho. Direção Geral do Património Cultural

MC Marta Caroscio. Università degli Studi di Firenze

NG Natalina Guerreiro. Direção Geral do Património Cultural

OS Olinda Sardinha

PC Patrícia Carvalho. CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores

PM Pedro Miranda. Unidade de Intervenção do Centro Histórico / CML

RBS Rodrigo Banha da Silva. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

SF Sara Ferreira. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

SG Susana Gómez Martínez. Campo Arqueológico de Mértola

TC Tiago Curado. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

TS Tiago Silva. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

VL Vasco Leitão. Centro de Arqueologia de Lisboa / DPC / CML

A VIDA QUOTIDIANA E O MULTICULTURALISMO DE LISBOA

Jorge Fonseca

A cidade sofreu importantes transformações económicas, demográficas e urbanísticas nos últimos séculos da Idade Média, que lhe conferiram maior dimensão e dinamismo, as quais se acentuaram no século XVI sob o impulso da expansão. Esse novo carácter repercutiu-se no quotidiano dos moradores, sobretudo nas condições de alimentação, higiene e saúde, mas também na habitação, no trabalho e em muitos outros aspetos do dia a dia.

Um dos factos mais referidos pelos observadores quinhentistas foi o crescimento da urbe. Jan Taccoen de Zillebeke, flamengo de passagem para Jerusalém em 1514, fez-se eco da impressão dos habitantes de que a cidade era muito mais reduzida trinta ou quarenta anos antes, não passando então de um pequeno centro urbano (1514: 122). Apesar de o autor atribuir o fenómeno à presença do rei na cidade e aos cristãos-novos, esse desenvolvimento era uma das consequências das viagens de comércio e conquista empreendidas pela Coroa desde a centúria anterior, que fizeram da foz do Tejo o dinâmico porto e empório de produtos ultramarinos em que se transformou na Idade Moderna.

Mas o movimento de expansão urbana e de afirmação da cidade como centro político do reino tinha-se iniciado antes, com repercussões no modo de vida da população. Na passagem do século XIII para o XIV, o reinado de D. Dinis assistiu à construção de uma nova frente de muralhas, à abertura de novas vias e largos e à urbanização da colina ocidental (Carita, 1999: 30-35). Obras semelhantes continuaram nos reinados seguintes, levando a uma valorização da área ribeirinha e favorecendo o incremento das atividades ligadas ao rio e ao mar.

A Ribeira tornou-se o centro vital de Lisboa: aí chegavam diariamente os produtos agrícolas necessários ao consumo da população, trazidos do Ribatejo, do Alentejo e dos campos em redor da cidade, aí se descarregava e vendia peixe e marisco, se transacionavam frutas, hortaliças, aves e cereais, e se cortava e distribuía a carne, nos respetivos açougues. Na Rua Nova cedo começaram a concentrar-se os mercadores de produtos de luxo, muitos importados. E igualmente na Ribeira labutavam carpinteiros, calafates e outros profissionais da construção

naval, e se localizavam os serviços de apoio e controle de muitas dessas atividades: a Casa de Ver-o-Peso, onde se fazia a pesagem dos produtos para aplicação dos impostos, a Casa dos Contos, onde se cobravam as rendas reais e o Paço dos Tabeliães, onde se lavravam as escrituras relativas a negócios.

O dinamismo do porto, potenciado pela posição geográfica da urbe em relação às principais rotas internacionais, nomeadamente as que ligavam os países do Norte ao Mediterrâneo, atraía comerciantes de várias regiões europeias. Fernão Lopes discriminou-os: "Havia outrossi mais em Lisboa estantes de muitas terras. . . assi como Genoeses, e Prazentins, e Lombardos, e Catelães d'Aragom, e de Maiorga e de Milão, que chamavam Milaneses, e Corcins, e Biscaínhos, e assi doutras nações. . . e estes faziam vir e enviavam do reino grandes e grossas mercadarias. . . em guisa que. . . jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom" (1979: 5).

Todo esse movimento contribuiu para imprimir no ambiente citadino um carácter aberto e cosmopolita. E esse multiculturalismo, evidente nos modos de falar e nos comportamentos, era acentuado ainda pela presença de numerosos escravos, na maioria muçulmanos do Norte de África ou de Granada, capturados em operações de corso ao largo do Algarve ou em assaltos à costa africana. Muitos deles, sobretudo depois de libertos, continuaram a praticar o Islamismo e a adotar hábitos e rituais provenientes das terras de origem, ligados às tarefas diárias e à alimentação, ao culto dos mortos e às principais celebrações festivas, principalmente o Ramadão.

Habitava também a cidade a comunidade muçulmana descendente da antiga população autóctone anterior à conquista cristã, que se concentrava na Mouraria, onde mantinha em grande parte a sua identidade, com talhos próprios, hospitais, escolas, banhos públicos, cemitérios e autoridades comunitárias, até à expulsão, em 1497 (Soyer, 2013: 59-63).

O mesmo sucedeu com os Judeus, vindos para Portugal pelo menos desde os séculos V e VI e agrupados em Lisboa na Judiaria Grande, a mais antiga, na Judiaria Nova e na Judiaria de Alfama. Dedicavam-se ao comércio e à produção industrial, como alfaiates, ferreiros, ourives, sapateiros, e à prática de profissões como a medicina, o arrendamento de impostos e a usura.

A faceta multicultural da cidade acentuou-se muito com a expansão além-mar. Por um lado, porque passou a circular por ela e a fixar residência um número muito maior de europeus, na proporção do incremento comercial do seu porto. A este chegavam agora a malagueta e a pimenta de Benim, o algodão de Cabo Verde, as especiarias e tecidos do Oriente, a madeira e o açúcar do Brasil. Esses mercadores vinham à procura de oportunidades como intermediários no tráfico de produtos exóticos com os países nórdicos e mediterrânicos. As grandes casas comerciais e financeiras da Europa passaram a ter em Lisboa agentes em permanência.

Por outro lado, a entrada em grande quantidade de escravos negros, comprados e postos ao serviço das camadas sociais mais prósperas da urbe, reforçou a variedade étnica desta, levando alguns visitantes a apelidá-la de “tabuleiro de xadrez”, por parecer habitada por tantos negros como brancos. O médico alemão Jerónimo Münzer, que visitou Lisboa em 1494, achou que era “verdadeiramente extraordinária a quantidade de escravos negros e acobreados” que aqui viviam (1931: 51-52). A exuberância dos Africanos, empregues muitas vezes em trabalhos ao ar livre, como o transporte de água das fontes e a venda de produtos, incutiu na paisagem urbana uma nota de maior colorido e vivacidade, originando até uma imagem exagerada do seu verdadeiro número.

O comércio ultramarino provocou um notável crescimento demográfico da cidade. De 60.000 habitantes em 1415, passou para 70.000 aquando do numeramento joanino de 1528 e para 120.000 no terceiro quartel de Quinhentos. Em resultado disso viriam a ser criadas doze novas *freguesias* entre meados e finais do século XVI, por desdobramento de parte das paróquias medievais. A Ribeira passou a concentrar 30% dos fogos tributáveis, com o mais elevado rendimento *per capita*, morada de mercadores, funcionários régios e camarários (Rodrigues, 1990: 48-49). Isso levou o já citado flamengo Jan Taccoen a afirmar em 1514: “Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que nela se constroem” (Zillebeke, 1514: 122). Paralelamente, erguiam-se novos edifícios destinados ao rei, a ser-

viços da Coroa, equipamentos sociais e ao comércio e domínio além-mar: a Alfândega Nova, o Arsenal, a Casa da Índia, a Misericórdia, o Paço da Ribeira, o Terreiro do Trigo e outros. Na Rua Nova dos Mercadores e na Rua Nova del Rei reuniam-se os principais mercadores e cambistas.

Nada disso, naturalmente, deixou de ter conseqüências na vida dos habitantes. O maior número de pessoas, apesar do alargamento da área urbana, levou a que se concentrasse em edifícios mais altos, que no centro atingiam três e quatro fogos por prédio, causando admiração aos estrangeiros. Mas isso não foi acompanhado de melhores condições materiais para tarefas diárias como a confeção dos alimentos, que eram preparados em fogareiros dentro de casa, sendo raras as chaminés. Não havendo canalizações para escoar as águas sujas dos domicílios, estas eram despejadas para a rua, muitas vezes pelas janelas. E, na falta de privadas, os dejetos domésticos eram transportados diariamente, pela manhã, em bacios sobrepostos dentro de canastras carregadas à cabeça de negras e negros, para certos locais do rio. Havia, mesmo assim, sanitários públicos destinados aos homens, mantidos pelo município, em comunicação com um canal que desaguava no Tejo. Também se acumulavam lixos por toda a parte, apesar das proibições camarárias. A sujidade tinha como efeito, segundo um autor italiano anónimo, “uma lama e uma chuva contínua e um mau cheiro enorme, pelo que e com razão, aquela gente usa(va) sempre chapéu e borzequins e anda(va) a cavalo” (Marques, 1987: 194-195).

A falta de higiene tinha implicações na saúde dos moradores, sendo apontada como origem de várias epidemias. Por isso o município tomou, a partir do século XV, medidas tendentes a tornar a cidade mais limpa, obrigando os moradores a varrer as ruas em frente às suas portas, introduzindo carretas destinadas à remoção do lixo, afastando do centro atividades poluentes, como curtumes e matadouros, e lançando uma rede de esgotos. Na ocorrência de doenças, um conjunto de pequenos hospitais, ligados a instituições religiosas, procurava suprir as carências dos mais pobres. Em 1479 o futuro D. João II obteve licença papal para os unir num único, levando à fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos. Mas, na ocorrência de pestes, todas as medidas eram insuficientes, recorrendo-se sobretudo ao controle da entrada de forasteiros e de navios, ao isolamento dos doentes e à desinfecção das suas casas (Rodrigues, 1968: 114-117).

A alimentação continuava, como no período medieval, a ter por base os cereais, sobretudo o trigo, a carne e o peixe, nomeadamente nos dias de abstinência



obrigatória, mariscos e crustáceos. O peixe podia-se consumir fresco ou, então, seco, fumado ou salgado. Comiam-se também largamente hortaliças, legumes e fruta. O leite e os seus derivados, bem como o mel, eram complementos frequentes da alimentação. Os pratos cozinhavam-se e temperavam-se com recurso ao azeite, banha, cebolas, ervas aromáticas, manteiga, ovos, sal, vinagre e toucinho. Usavam-se, embora menos intensamente, as especiarias importadas (Marques, 1971: 7-13). Com as Descobertas viu-se reforçado o consumo destas, sobretudo da pimenta, canela, cravo, gengibre, malagueta e noz-moscada, assim como do açúcar, que passaram a entrar na preparação de grande parte dos alimentos, de forma exagerada, na opinião de estrangeiros, por lhes alterarem o sabor.

A venda fazia-se, em grande parte, ao ar livre, na Ribeira Velha, principal mercado de pão, legumes e fruta, no Mal Cozinhado, onde se transacionavam alimentos prontos a comer, e um pouco por todo o lado na cidade. As doçarias mais elaboradas tinham uma rua própria, a da Confeitaria. O pequeno comércio estava em grande parte a cargo de mulheres, muitas delas negras, que apregoavam peixe e vendiam legumes, hortaliças, cabritos, marisco, marmelada e arroz cozido. Outras distribuíam água, as *negras do pote*. Era também a mulheres que cabia o fabrico do pão, a lavagem da roupa dos domicílios, medir e joeirar trigo no Terreiro e cozer peças de roupa. Aos homens cabia, além do comércio nas tendas da cidade e da maioria dos ofícios artesanais, a pesca, a descarga dos barcos, o transporte de mercadorias com animais, a construção de embarcações na Ribeira, a caiação de casas, limpeza das ruas com carretas, assim como a venda de água e de muitos outros produtos (Brandão, 1552: 207-2333).

As festas, momentos de pausa no labor diário, de celebração e de convívio, eram na maior parte de natureza religiosa e ocupavam parte substancial dos dias do ano. Entre as mais importantes contavam-se a de Quinta-feira Santa, com procissão de flagelantes, e as do Corpo de Deus e de Todos-os-Santos. D. Manuel I introduziu a do Anjo Custódio e a da Visitação. Outras eram organizadas na chegada à cidade de relíquias ou em ação de graças pelo fim de epidemias. Mas outras ainda comemoravam sucessos de ordem política, casamentos e entradas reais, com as ruas engalanadas, danças, fogueiras e corridas de touros.

Os rituais da morte, contraponto negativo das festas no quotidiano comunitário, reuniam familiares e amigos dos falecidos em funerais acompanhados de gritos, arrancar de cabelos e rasgar de roupas, mas igualmente de refeições ligeiras. O referido Jan Taccoen anotou na sua passagem pela cidade: “Quando morre alguém fazem uma grande gritaria, como em Roma”. O luto era assinalado não pelo uso da cor preta nas roupas, mas pela qualidade mais grosseira do respetivo pano, pelos fatos do avesso, a barba crescida e menores cuidados de higiene. Os mortos eram sepultados no interior ou no adro das igrejas.

PÁGINA ANTERIOR/

NASCIMENTO DE S. JOÃO BAPTISTA
PINTURA SOBRE MADEIRA
LISBOA. GREGÓRIO LOPES. 1530-1540
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA - DGPC